A PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN NA SALA ESCOLAR

JANAINA BASTOS DA SILVA

RESUMO

As crianças com Síndrome de Down têm fortes habilidades de aprendizagem visual, mas não são bons aprendizes auditivos. Sempre que possível eles necessitam de apoio visual e concreto e materiais práticos para reforçar as informações auditivas mediante está observação faz-se a análise as diferentes dificuldades nas situações sociais da pessoa com síndrome de Down, nem sempre é possível ter um quadro realístico das situações, o tema tem como objetivo geral analisar a atenção e as habilidades sociais, estabelecer relações ao interagir com os outros de maneira socialmente aceitável e entender e responder apropriadamente ao ambiente que o cerca. A educação é um dos segmentos que mais sofre mudanças e adequações ao longo da história. No caso da inclusão de pessoas com deficiência no âmbito escolar regular, a inclusão se tornou, de certa forma, um acolhimento e a entrada destas pessoas na sociedade.

Palavras-chave: Síndrome de Down; Habilidades Sociais; Dificuldades; Aprendizado.

INTRODUÇÃO

O estudo do tema Síndrome de Down teve como objetivo revisar a literatura que trata da inclusão de crianças com essa síndrome na rede regular de ensino, a fim de identificar os temas pesquisados e subsidiar o trabalho em sala de aula com essas crianças, propiciando iguais condições de aprendizagem.

Segundo o portal Albert Einstein (2008) a Síndrome de Down é definida como uma diferença encontrada no cromossomo 21, ou seja, quando os 23 cromossomos da mãe encontram os 23 do pai, e durante uma das divisões ocorre uma ação que ainda não foi identificada, e faz com que, em vez de 46 cromossomos esperados, o feto tenha 47. Trata-se da trissomia do cromossomo 21, que ocasiona um trio, no lugar de um par destes cromossomos.

É com a inserção das pessoas com deficiência nas escolas, que a sociedade dá o primeiro passo para a eliminação de repulsas e hostilidades diante destas situações. Não olhar ninguém com pena ou aversão é um dos primeiros passos para uma inclusão escolar de sucesso, pois a exclusão se manifesta de várias formas, até mesmo de formas cruéis. Mas isso só ocorrerá com a convivência e o entendimento das demais figuras da sociedade diante desta situação. O papel da inclusão é dar autonomia e melhores condições de aprendizagem para as pessoas com deficiência.

A síndrome de Down (SD) é uma condição crônica que traz múltiplos desafios não só à criança, mas também a toda sua família. Trata-se de uma desordem cromossômica, cuja frequência é de

1:750 nascidos vivos, tendo como fator de risco predominante a idade materna avançada (35 anos) (CAPONE, 2004; PUESCHEL, 1999).

De acordo com pesquisas recentes, o número de pessoas com diferentes necessidades e habilidades especiais tem aumentado, fazendo com que o sistema educacional se adapte da melhor forma para o recebimento destes alunos. E com este número crescendo, muitos programas e leis já existem para que estas pessoas não se sintam excluídas. O sistema na verdade teve que se democratizar e enfrentar as novas etapas que foram surgindo.

Para este trabalho ser realizado, a pesquisa bibliográfica foi essencial. Os principais autores deste assunto foram mencionados e seus estudos divulgados. A lentidão das práticas de inclusão é o que leva a mais estudos e inúmeras pesquisas para que as pessoas com deficiência não se sintam ainda como excluídas da sociedade, dando a elas cada vez mais espaço, dinamismo e voz para que atuem com confiança em seu papel no mundo que vivem.

Um atraso poderá ser recuperado e, por si só, não implica que não venha a atingir o nível de excelência ao alcance do desenvolvimento normal. O atraso será por isso meramente quantitativo: menos desenvolvimento num dado momento, mas não um desenvolvimento diferente ou deficiente (CASTRO; GOMES, 2000, p.63).

A Síndrome de Down ainda é vista muitas vezes como uma doença, tanto pelos pais quanto pela sociedade, isso não ocorre só no Brasil e sim no mundo inteiro. A sociedade ainda tem a ideia de um século atrás quando estas pessoas eram chamadas de “idiotas mongoloides” e acham que essas não podem relacionar-se assim como qualquer outra.

A longa caminhada da educação inclusiva foi marcada por avanços e retrocessos de acordo com o momento histórico. Este artigo dissertativo faz uma análise fundamentada em referências teórica e pesquisa de campo ressalta a dialética da inserção da educação inclusiva como uma conquista social baseada no processo de cidadania, daquelas pessoas que por muito tempo foram excluídas, abandonadas, tratados de forma diferenciada em mosteiros, clínicas, sanatórios, segregados numa região nacional e multinacional num contexto sem fronteiras, alienados dos seus direitos constitucionais.

Este artigo trará discussões da implementação da educação inclusiva ao sistema educacional na medida em que diversos segmentos sociais posicionaram-se frente à política que garanta o real acesso de toda a educação pública de qualidade, garantindo a efetivação do direito do aprender, resgatando a autoestima, fundamentada nos princípios que constituem os quatro pilares da educação: O aprender a conhecer – o aprender a fazer – o aprender a conviver – e o aprender a ser. Princípios este educacionais voltados para a realização plena do ser humano, alcançada pela convivência e pela ação concreta, qualificadas pelo conhecimento, sustentados na travessia dos princípios para o de um projeto pedagógico, e deste para as práticas e ações de educadores.

Nesse sentido, é pertinente perguntar como a Lei de Inclusão Escolar busca alcançar a melhoria desejada na qualidade da educação, especialmente se o foco estiver na correção de aspectos bastante econômicos do funcionamento do sistema educacional representado pelo lucro. Esperase que, quando a lei entrar em vigor, o foco não será mais a correção das iniquidades do sistema e o progresso será alcançado em direção ao objetivo central da lei, a saber, a verdadeira inclusão social.

A resposta à pergunta declarada em relação à melhoria da qualidade do ensino não é simples. É necessário considerar que a Lei da Inclusão faz parte de uma série de reformas promovidas pelo governo atual que incluem uma nova carreira profissional de ensino, fortalecimento da educação pública e consolidação de reformas anteriores, onde a criação de uma Superintendência e Qualidade da educação.

Para combater essa situação, o conceito de inclusão precoce busca contribuir para aumentar as expectativas de desenvolvimento para todos os bebês, meninos e meninas, independentemente de suas habilidades. Quando famílias, cuidadores e profissionais são capazes de superar estereótipos e identificar oportunidades de mobilizar apoios, eles podem estabelecer uma seleção adequada de objetivos que apoiam seus esforços para alcançar a inclusão com qualidade e equidade:

O que se afigura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para todo o país no momento é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente (BRASIL, 2003, p. 24).

Algumas ajudas adicionais na inclusão de crianças pequenas com Síndrome de Down durante a hora da brincadeira podem ser necessárias. Porém, qualquer ajuda de adulto que a criança tiver se não for usado com sensibilidade, pode erguer uma barreira entre a criança e seus colegas, o que, junto com a dificuldade de fala e linguagem, pode tornar as coisas muito mais difíceis para a criança com Síndrome de Down: Começar independentemente a brincar com outras crianças.

Entender as regras do jogo e Entender as regras de "ser amigo".

Na atual sociedade todo indivíduo possui direito de ir e vir e de ser tratado sem discriminação. Para os portadores de qualquer síndrome ou deficiência prevalece esse direito. Esta pesquisa tem como foco os portadores de Síndrome de Down que tem o direito de ser incluídos na sociedade e na escola. Segundo a lei número 7853, de 24 de outubro de 1989, pessoas com deficiências podem ser incluídas em escolas públicas e inseridas na sociedade igualmente às demais pessoas.

A metodologia utilizada para a pesquisa foi à revisão bibliográfica e artigos publicados, que tratam da inclusão de crianças com Síndrome de Down na rede regular de ensino. E, para analisarmos esta questão iremos embasar com pesquisas bibliográficas dos autores AMARAL (1995), BISSOTO (2005), CAPONE (2004), CUNNINGHAM (2008), MACIEL (2000), MANTOAN (2003), PINHEIRO (2014) e PUESCHEL (1999) que abordam o tema Síndrome de Down.

Além disso, crianças com Síndrome de Down cresceram tendo que lidar com mais dificuldades do que muitos de seus colegas. Muito do que se espera que eles façam em seu dia-a-dia será muito mais difícil de conseguir fazer devido a seus problemas de comunicação, audição, memória, coordenação motora, concentração, e dificuldade de aprendizado.

Hoje em dia o sistema de ensino busca uma educação de qualidade, onde os alunos tenham conhecimento dos seus direitos e deveres logo na primeira infância, ou seja, é necessário que a escola esteja ciente desses avanços na legislação que reconhece a criança como um sujeito de direitos e deveres, estando embasada nas leis, deixando de ser somente assistencialista, de ter um olhar somente para cuidá-lo e sim promover uma educação voltada para as necessidades e capacidades dos educandos, independentemente de suas especificidades.

A SÍNDROME DE DOWN

Os principais traços comuns são: Os olhos amendoados, a face achatada, o pescoço curto, os dedos das mãos menores e menor força muscular são características comuns por conta da trissomia do cromossomo 21. A possibilidade de ter doenças como problemas cardíacos e respiratórios, altera-

ções auditivas, de visão e ortopédicas também está presente.

Segundo a publicação no portal do Hospital Albert Einstein (2008) ainda há estudos para levantar quais são os fatores que desencadeiam a síndrome e que pretendem desvendar o que ocorre durante a divisão de células para resultar na trissomia. Sabe-se apenas que a idade avançada da futura mãe pode facilitar sua ocorrência. A estimativa é de que a partir dos trinta e cinco anos haja a probabilidade de 1 entre 275 bebês nascer com essa alteração genética, enquanto aos vinte anos, é de 1 em 1.600 crianças. Com mais de quarenta anos, a previsão chega a ser de 1 bebê em 100.

Há pouco tempo, crianças nascidas com Down eram afastadas do grupo social e familiar e, geralmente, não viviam mais do que 30, 35 anos. Quando se começou a investir na estimulação precoce para estimular o desenvolvimento dessas crianças e de suas potencialidades, a expectativa de vida aumentou notavelmente e, ainda que num ritmo mais lento, elas se mostraram capazes de superar as limitações e foram sendo integradas na sociedade. Em entrevista para o site Drauzio Varella o médico MUSTACCHI (2012) afirma:

Nos últimos 20 anos, pessoas sem a síndrome tiveram um ganho de sobrevida de dez anos, isto é, a expectativa de vida passou de 60 para 70 anos. Nesse mesmo período, a sobrevida na população com síndrome de Down foi de 25, 30 anos para 60, 65 anos. Portanto, elas ganharam 30 anos de sobrevida com qualidade graças à atenção médica e da família que passaram a receber (MUSTACCHI, 2012).

O desenvolvimento cognitivo da criança com síndrome de Down é superior ao desenvolvimento da linguagem, sendo a compreensão mais efetiva que a expressão e por isso, a linguagem não verbal exerce uma função importante na comunicação destas crianças. Os acometimentos motores orais, como a hipotonicidade, contribuem para a ininteligibilidade da fala, os déficits de memória de curto-prazo e processamento auditivo relacionam-se com as outras dificuldades e as condições de desenvolvimento global e ambiental devem sempre ser consideradas (ANDRADE; LIMONGI, 2007; SCHWARTZMAN, 1999).

De acordo com Pimentel (2007) o estigma atribuído às pessoas com SD não é apenas com relação ao que é visível em suas características físicas, mas principalmente ao quadro de deficiência associado. Essa situação de desvantagem intelectual traz consigo a marca de inferioridade, da incapacidade, da discriminação. Tais preconceitos, são constituídos sob um padrão de julgamento elaborado socialmente a partir de um conjunto de expectativas normativas. Atualmente o diagnóstico já pode ser feito nas primeiras horas de vida da vida da criança pelas suas características físicas e posteriormente, confirmado por análises citogenéticas.

Uma constatação: o fato é que (seja da ótica de quem vive, seja da ótica de quem vê) a deficiência, do ponto de vista psicológico, jamais passa em nuvens brancas. Muito pelo contrário: ameaça, desorganiza, mobiliza. Representa aquilo que foge ao esperado, ao simétrico, ao belo, ao eficiente, ao perfeito. E assim como quase tudo que se refere à diferença provoca hegemonia do emocional sobre o racional (AMARAL, 1995).

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990).

As características desta síndrome foram descritas pela primeira vez em uma publicação pelo médico inglês John Langdon Down em 1866, e por isso leva seu nome. Posteriormente à essa primeira descrição, outros registros sobre a Síndrome de Down foram publicados por Mitchell em 1876, e por Ireland em 1877, e reforçaram além das características físicas, a deficiência mental, considerando tais pessoas como “idiotas” (PUESCHEL, 2005). Esta nomenclatura “idiota” foi utilizada de 1886 a 1913 para se referir a pessoas com déficits intelectuais (COLL; PALACIOS; MARCHESI, 1995).

É importante ressaltar também que a Síndrome de Down não é uma doença e que não há um tratamento medicamentoso para ela. Sendo assim, “pessoas com Síndrome de Down devem ser aceitas como são [...] observando seus direitos e privilégios de cidadão e preservando sua dignidade humana” (PUESCHEL, 2005, p. 103).

DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO

É evidente que alguém que não se enquadra no padrão social e historicamente considerado normal, quer seja decorrente do seu processo de concepção e nascimento ou impingindo na luta pela sobrevivência, acaba se tornando um empecilho, um peso morto, fato que o leva a ser relegado, abandonado, sem que isso cause os chamados sentimento de culpa característicos de nossa fase histórica. Utilizando uma linguagem dos dias atuais, podemos afirmar que nas sociedades primitivas quem não tem competência não se estabelece. Isto é, não há uma teorização, uma busca de causas, há simplesmente uma espécie de seleção natural: os mais fortes so-

brevivem (GIL, 2002, p. 28).

Sabe-se que a inclusão se refere ao respeito as diferenças, ao não preconceito, a integração de todos, independentemente de raça, cor, credo, religião, condição física e mental. Referindo-se especificamente a este último item, ou seja, daquelas pessoas portadoras de necessidades especiais, é do conhecimento de todo a sociedade os termos pejorativos que sempre foram usados para estes casos como "retardado", "débil mental", "aleijado", "surdo e mudo", "mudinho", "mongolóide", entre outros, denunciando o preconceito arraigado na cultura social. Mas, para isto a explicação, tem raízes históricas relacionadas à imagem do indivíduo, da função social do corpo e do modo como as pessoas portadoras de necessidades especiais eram tratadas.

Inclusão social é um termo que foi incorporado e assimilado em nossa vivência cotidiana recentemente, portanto, trata-se das múltiplas relações estabelecidas entre os indivíduos, do preconceito intrínseco e veladas, das formas de discutir as diferenças e igualdades e, principalmente do pleno exercício da cidadania.

Na Idade Média, há o que se pode denominar de uma continuidade da segregação, com a única diferença de que a sociedade grega as ideologias estavam situadas no campo da filosofia, enquanto que, neste momento da história, o enfoque é teológico, ou seja, as diferenças passam a ter o cunho da alma e, consequentemente, do pecado, não há mais a divisão corpo/mente, mas, sim, corpo/alma. Portanto, o que se dava maior importância eram as coisas do espírito, sendo o corpo considerado apenas um acessório necessário para manutenção da alma. Assim se explica as tradições dos jejuns, abstinências, autoflagelação, fogueiras (Santa Inquisição), (FOUCAULT, 1999, p. 121).

Este visão do corpo, de moldá-lo para torná-lo cada vez mais doutrinado e eficiente, traz à tona a busca constante do ideal, da perfeição desejada, gerando um processo de exclusão dos que não se enquadram ou não aceitavam este modelo preconizado. Tem-se, então acentuadas as diferenças, principalmente em relação à noção do pecado, alicerçando, separando em dois extremos aquilo que era considerado correto e não correto, dando-se ênfase para a recompensa e castigo (FOUCAULT, 1999).

Falar sobre inclusão nos reporta a discussão da dicotomia inclusão/exclusão, ou seja, há um grande contingente de pessoas massificadas e marginalizadas que são excluídas, determinando ou preconizando os índices de fracasso social. Portanto, para conceituar inclusão, faz-se mister entender o processo de exclusão e isto só é possível através de uma análise histórica.

Neste caso, não há interferência cultural, mas da própria natureza, promovendo um processo seletivo, onde os mais fracos eram excluídos, sobrevivendo os mais fortes, porque não tinham como colaborar com os grupos sociais daquele tipo de sociedade. De acordo com GIL (2002, p. 28):

No passado, a sociedade frequentemente colocou obstáculos à integração das pessoas deficientes receios, medos, superstições, frustrações, exclusões, separações estão, lentamente, presentes desde os tempos da antiga Grécia, em Esparta, onde essas pessoas eram jogadas do alto de montanhas, ou em Atenas, onde elas eram abandonadas nas florestas (GIL, 2002, p. 10).

Percebe-se que havia nas ideologias sociais a filosofia de que tudo aquilo que não se encaixa nos padrões, ou seja, era caracterizado como "não normal" tinha como destino a eliminação, num processo onde só se valorizava aquilo que beirava a perfeição. Tinha-se, portanto, a segregação, a separação dos portadores de deficiência. Bianchetti (1998, p. 29):

Na medida em que esses gregos se dedicavam predominantemente a guerra valorizando a ginástica, a dança, a estética, a perfeição do corpo, a beleza e a força acabavam se transformando num grande objetivo se, ao nascer, a criança apresentasse qualquer manifestação que pudesse atentar contra o ideal prevalecente, era eliminada. Praticava-se assim, uma eugenia radical na fonte. A eliminação dava-se porque a criança não se encaixava no leito de Procusto dos espartanos (BIANCHETTI, 1998, p. 29).

Neste mesmo período, havia por parte de uma ala da Igreja Católica o enfoque de que os cegos, surdos, mudos, aleijados só vinham ao mundo como um aviso de Deus de que a humanidade continuava pecado surgem então as Santas Casa de Misericórdia, dirigidas pelas freiras que tinham por objetivo acolher os "diferente".De acordo com ARIÉS (1981, p. 88):

Na Idade Média, o leproso era alguém que, logo que descoberto era expulso do espaço comum, posto fora dos muros da cidade, exilado em um lugar confuso onde ia misturar sua lepra a lepra dos outros. O mecanismo da exclusão era o mecanismo do exílio, da purificação do espaço urbano. Medicalizar alguém era mandá-lo para fora e, por conseguinte, purificar os outros. A medicina era uma medicina da exclusão (ARIÉS, 1981, p. 88).

AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO

Cabe ressaltar que a política de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais, mas "representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e aten-

dendo suas necessidades (BRASIL, 2001, p. 28)".

Desta maneira, a escola deve propiciar ao aluno condições para que ele consiga desenvolver suas potencialidades, pois assim, não é o aluno que se molda ou se adapta à escola, mas é ela que, ciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo. Nesse contexto, a educação especial é idealizada para possibilitar que os alunos com deficiências atinjam os objetivos da educação integral. Portanto, as modificações diárias pelas quais o mundo passa estimula mudanças nas instituições sociais, dentre elas está a escola. Segundo Mattos:

Novos paradigmas surgem, tendo em vista a inclusão escolar. Assim, a escola necessita trabalhar as diferenças, para que enriqueçam o aprendizado de todos, deficientes ou não. A diferença é normal, é identidade de cada ser humano. A diferença é produzida diariamente. A diferença é o estereótipo, o arquétipo atual (MATTOS, 2008, p. 51).

Na antiga Grécia, as crianças nascidas com alguma deficiência eram abandonadas ou até mesmo mortas por seus pais que almejavam crianças fortes e saudáveis, capazes de integrar o exército (AMIN, 2008, p. 3), existindo até mesmo um local específico para tal atrocidade, "um precipício nas cercanias do Monte Taigeto, onde as mães espartanas lançavam seus filhos imperfeitos" (CAVAZZANI, 2005, p.23). Em Roma, a discriminação era causada por crenças e superstições, já que os romanos acreditavam que os recém-nascidos "imperfeitos" levavam má-sorte para suas famílias e assim tinham o mesmo fim trágico das crianças gregas.

Incluir quem não deveria ter sido excluído, esse deveria ser o caminho a ser seguido pela sociedade, porém, ainda é possível perceber o quanto estamos longe de uma igualdade de direitos em diversas partes da humanidade. No contexto educacional, para que a inclusão de fato aconteça é necessário repensar todo o conceito de acessibilidade, práticas de convivência, revendo o espaço de educação como um todo.

O paradigma da inclusão traz consigo a proposta de repensar e reestruturar o sistema escolar, de forma que atenda às necessidades de todos os alunos. Isso requer a superação de práticas excludentes. "Para que a diversidade humana possa se fazer presente como valor universal, a escola precisa assumir uma postura de construtora de igualdade, visando a incluir na tessitura social aqueles que vêm sidos sistematicamente excluídos" (JESUS, 2004, p. 38).

Para que as crianças com Síndrome de Down possam efetivar suas aprendizagens é importante à participação de um professor de apoio, não apenas para a criança com SD, mas para toda a classe onde acontece a inclusão, favorecendo uma educação de qualidade para todos. De igual modo, é necessário garantir a capacitação de todos os profissionais da escola, a adaptação curricular e o trabalho de apoio aos pais (VOIVODIC, 2004).

Dentre as brincadeiras, os jogos educativos podem contribuir com o aprendizado, até mesmo para reforçar conteúdos já aprendidos. Para Rocha, Nery Filho e Alves (2014), os jogos sejam analógicos ou digitais, constituem- -se em tecnologias intelectuais, na medida em que podem potencializar o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras, sociais, afetivas, entre outras. Além disso, eles influenciam no desenvolvimento da habilidade, assimilação e entendimento, especialmente em se tratando de pessoas com necessidades especiais. Os aplicativos e os jogos eletrônicos bem direcionados tornam-se mais uma ferramenta didática para auxiliar o desenvolvimento intelectual e motor de crianças.

Além disso, Oliveira, Carvalho, e Nery Filho (2017) afirmam que os jogos eletrônicos propiciam o envolvimento conforme seus interesses e o aumento da capacidade afetiva, criativa, social e afetiva, auxiliando na coordenação motora, atenção, memória, concentração entre outros. Os jogos também possibilitam ao professor ou responsável achegar experiências cotidianas de uma maneira lúdica aliando a teoria. Essa interação admite a aprendizagem de uma forma prazerosa, tornando os jogos importantes recursos didáticos, os quais se moldam aos objetivos propostos, incitando a busca de novos conhecimentos ocasionada pelo aumento de interesse, da curiosidade. Diversas habilidades podem se desenvolver com o uso desses jogos como a agilidade, o raciocínio lógico, a coordenação motora, concentração. É de extrema importância que tanto o professor quanto o responsável pela criança compreendam a importância dos jogos eletrônicos ou aplicativos no processo ensino aprendizagem para esta seja significativa.

A passagem da sociedade feudal para a sociedade capitalista traduz a mudança do rumo do pensamento coletivo, que deixa a produção artesanal e o campo, trazendo para o contexto da época a produção nas fábricas em série, a formação do proletariado, da maior utilização do espaço urbano. Mais uma vez tem-se diante dos olhos, a questão da disciplina, do esquadrinhamento, da divisão, principalmente na área da medicina social. Segundo ARIÉS (1981, p. 89):

O poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolálos, individualizá-los, vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um, ver se está vivo ou morto e fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrinhado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos (ARIÉS, 1981, p. 88).

Com a entrada do modo capitalista em substituição ao feudal há um maior controle na esfera urbana, principalmente na área da medicina que busca organizar e estruturar os hospitais com os internamentos e consequentemente vigilância dos docentes e dos não normais. A influência do capitalismo no cotidiano das pessoas é um fenômeno histórico, pois pela primeira vez o homem passa a ter controle sobre a natureza, não tem sua vida vinculada apenas a busca da subsistência, mas é possível acumular bens, avançar na área da tecnologia impulsionando e desenvolvimento social.

Segundo BIANCHETTI (1998, p. 34):

A busca de uma maior acumulação levou a procura de novos mercados que impulsionaram as navegações, abrindo um período de grande expansionismo, proporcionado pelas descobertas científicas, paralelamente às modificações na base material, vão sendo forjadas, em nível teóricoideológico, as explicações e posteriormente as justificativas para a hegemonia burguesa. O que vai ficando claro na práxis dos homens e das mulheres é que o teocentrismo vai sendo espaço ao antropocentrismo (BIANCHETTI, 1998, p. 34).

Este movimento esteve calcado nos princípios da igualdade, da individualidade, propriedade e democracia. Este era o discurso que pontuava as falas dos burgueses. Porém, na prática, havia um grande vazio ou lacuna entre teoria e prática, ou seja, faltava muito para que estes princípios fossem concretizados no dia a dia. Apenas em algumas instâncias houve manifestação ou início de uma mudança, como na esfera dos portadores de deficiência. GIL (2002, p.11): "Foi apenas a partir da Revolução Francesa e das suas bandeiras de liberdade, igualdade e fraternidade que estas pessoas passaram a ser objeto de assistência (mas ainda não de educação) e entregues aos cuidados de organizações caritativas e religiosas".

Desta maneira, o que se percebe é que se reproduzem velhos preconceitos, apenas modifica-se a história e a localização geográfica. É preciso que a inclusão não se transforme num discurso vazio de respeito às diferenças, mas seja uma realidade presente no dia a dia de qualquer que seja a aldeia cultural. De acordo com a UNESC, apud. GIL (2002, p. 11) as histórias da humanidade dividem-se em cinco fases, a partir do modo como os portadores de deficiência foram tratados e considerados.

1- Fase filantrópica – em que as pessoas deficientes são consideradas doentes e portadoras de incapacidades permanentes inerentes à sua natureza. Portanto, precisavam ficar isoladas para tratamento e cuidados de saúde;

2- Fase da "assistência pública" – em que o mesmo estatuto de "doentes e "inválido" implica a institucionalização da ajuda e da assistência social;

3- Fase dos direitos fundamentais, iguais para todas as pessoas, quaisquer que sejam as suas limitações ou incapacidades. É a época dos direitos e liberdades individuais e universais de que ninguém pode ser privado, como é o caso do direito à educação;

4- Fase da igualdade de oportunidades – época em que o desenvolvimento econômico e cultural acarreta a massificação da escola e, ao mesmo tempo, faz surgir o grande contingente de crianças e jovens que, não tendo um rendimento escolar adequado aos objetivos da instituição escolar, passam a engrossar o grupo das crianças e jovens deficientes mentais ou com dificuldades de aprendizagem.

5- Fase do direito à integração – se na fase anterior se "promovia" o aumento das "deficiências", uma vez que a ignorância das diferenças, o não respeito pelas diferenças individuais mascarando com defesa dos direitos de "igualdade" agrava essas diferenças, agora é o conceito de "norma" ou de "normalidade" que passa a ser posto em questão.

Mas, como diz ainda a UNESCO, estas fases só aparentemente se sucedem de forma cronológica. Na verdade, o que acontece é que estas diferentes atitudes e concepções sobre as pessoas com deficiência se sobrepõem, mesmo nos nossos dias. A ideologia que se perpetuou ao longo da história previa que a educação não era para todos. Segundo BIANCHETTI (1998, p. 40):

No livro A riqueza das Nações, deixaria bem explícito: para o povo dever-se-ia dar a educação em doses homeopáticas, já que não tinham condições nem necessidade de muita educação. Aliás, isso poderia ser até prejudicial, pois os indivíduos poderiam ser levados a revoltar-se. Embora hoje, no nível do discurso, manifestações desse teor já não apareçam mais, no nível concreto a tradução dessa realidade é: para os pobres, uma pobre educação (BIANCHETTI (1998, p. 40).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de inclusão e integração tornaram-se uma grande demanda, tornando-se um componente estratégico no fenômeno da globalização que hoje nos determina, e é por isso que a inclusão educacional veio a ser instalada no coração da escola e na escola. Quando essa realidade é verificada, surgem questões sobre o que é mais eficaz na inclusão educacional; é mais valioso levar nossos alunos a objetivos mais objetivos, incorporando-os a experiências de aprendizagem concretas e relevantes, vinculadas a seus interesses e habilidades, ou, em alguns casos, estamos comprometidos em oferecer uma simples socialização nas diferentes modalidades de ensino de nosso sistema educacional.

Em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar, no aluno, a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de "normalidade" para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos (BRASIL, 2001, p. 14).

Ao final desta pesquisa, fica-me o questionamento de que se possuir alunos com Síndrome de Down matriculados, torna uma escola, de fato, inclusiva. É necessário ter em mente que escola para todos é diferente de todos na escola. (RODRIGUES, 2003).

O início da década de 1990, notadamente a partir da Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), propiciou movimentos para a educação inclusiva. Segundo o Parecer CNE/CEB n. 17/2001,

Assim, a escola regular precisa estar preparada para receber as crianças com necessidades especiais, com espaço físico adequado (rampas de acesso adaptação nos banheiros e nas salas de aula), professores qualificados que fazem uso de uma metodologia que privilegie as diferenças oportunizando a aprendizagem de todos, de maneira significativa.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Inclusão Social. Marília: Publicações, 2000.

CUBERO, R.; MORENO, M. Relações sociais nos anos escolares; família, escola, companheiros. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). Desenvolvimento psicológico e educação.

Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DENARI, F. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, D (org.). Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, pp.35-36, 2006.

FACION, J. R. Inclusão escolar e suas implicações. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

FÁVERO, E. A. Gonzaga; PANTOJA, L. de M. P.; MANTOAN, M. T. E. Atendimento Educacional Especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas. Brasília:

SEESP/SEED/MEC, 2007. Disponível em: . Acesso em 20 Jun 2020.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MITTLER, P. Educação Inclusiva: Contextos Sociais. São Paulo: Àrtmed, 2003.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF:

UNESCO, 2011.

SANTOS KAPP. Maria Inez dos. Conselhos. Análise do comportamento humano em psicologia. Obra publicada pelo autor Aurélio Bolsanello. Autores associados. 1986, p. 31.

TUNES, E.; PLANTINO, L.D. Cadê o Síndrome de Down que estava aqui? O gato comeu. O programa de Lurdinha. Campinas; Autores associados, 2001.